

Percepções de Egressos de um Programa de Pós-Graduação em Educação: algumas reflexões

Perceptions of Graduates of a Graduate Program in Education: some reflections

DOI:10.34117/bjdv8n2-054

Recebimento dos originais: 07/01/2022

Aceitação para publicação: 05/02/2022

Lorraine Maciel de Moura

Mestranda em Educação – UFMG

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Endereço: Avenida Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG, 31270-901

E-mail: lorrainemacielh@gmail.com

Suzana dos Santos Gomes

Pós-Doutorado em Educação e Doutora em Educação

Instituição de atuação atual: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Endereço completo:

Avenida Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG, 31270-901

E-mail: suzanasgomes@fae.ufmg.br

RESUMO

Nas últimas décadas, os Programas de Pós-graduação no Brasil vêm ganhando, progressivamente, visibilidade no âmbito nacional e internacional, tendo como uma das finalidades manter a qualidade e o desenvolvimento no campo da pesquisa científica, formando mestres e doutores em diferentes áreas do conhecimento. Assim sendo, este artigo apresenta dados de uma pesquisa que investigou egressos de um Programa de Pós-graduação em Educação de uma instituição pública federal, localizada no Estado de Minas Gerais, a fim de compreender as percepções dos egressos concluintes no período de 2010 a 2020. Quanto à metodologia, esta caracteriza-se por meio de um estudo exploratório a partir da abordagem quanti-qualitativo, uma vez que foram utilizados dados de um *Survey on-line*, entrevista semiestruturada com intuito de identificar a trajetória acadêmica e a inserção profissional dos sujeitos. O referencial teórico engloba as políticas de avaliação institucional, Educação Superior, pós-graduação, egressos, entre outros pertinentes ao tema. Ademais, este estudo revela como resultados a relevância da participação dos egressos no processo de avaliação institucional, considerando a elevação da qualidade do programa de pós-graduação.

Palavras-chave: Pós-Graduação. Educação, Política Educacional, Avaliação, Egressos.

ABSTRACT

In recent decades, Graduate Programs in Brazil have progressively gained visibility at the national and international levels, with one of the purposes being to maintain quality and development in the field of scientific research, training masters and doctors in different areas of knowledge. Therefore, this article presents data from a research that investigated graduates of a Postgraduate Program in Education of a federal public institution, located in the State of Minas Gerais, in order to understand the perceptions of graduating graduates from 2010 to 2020. As for the methodology, it is characterized by an exploratory study based on a quantitative-qualitative approach, since data from an online Survey, a semi-structured interview, were used in order to identify the academic trajectory and professional insertion of the subjects. The theoretical framework encompasses institutional evaluation policies, Higher Education, graduate studies, graduates, among others relevant to the topic. Furthermore, this study reveals as a result the relevance of the participation of graduates in the institutional evaluation process, considering the increase in the quality of the graduate program.

Keywords: Postgraduate studies, Education, Educational politics, Assessment. Graduates.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* no Brasil vêm conquistando, progressivamente, visibilidade tanto nacional como internacionalmente, tendo como um dos objetivos manter a qualidade e o desenvolvimento no campo da pesquisa científica, formando mestres e doutores em diversas áreas do conhecimento. Quanto aos Programas de Pós-graduação em Educação, tema deste artigo, estes acompanham o sistema de redemocratização do país, a partir de novos cenários e contextos, desse modo estudos da área educacional estão inseridos, geralmente, aos aspectos sociais da contemporaneidade (SANTOS; AZEVEDO, 2004).

Assim sendo, há uma pluralidade de estudos no âmbito da educação, uma vez que a sociedade demanda por temas complexos. As universidades por meio dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) se organizam, portanto, a partir da criação de linhas de pesquisas, as quais permitem estudar e pesquisar os diversos contextos educacionais. Dessa forma, entre os diferentes temas intrínsecos à Educação Superior, à avaliação institucional e ao acompanhamento de egressos tornam-se focos de investigações que buscam verificar a qualidade dos PPGE.

À vista disso, pesquisas científicas na área da educação são desenvolvidas e articuladas por meio de docentes pesquisadores, instituições públicas e privadas e de mestres e doutores de distintas linhas do saber. Tal contexto faz com que os PPGE

brasileiros estejam em crescente expansão nacional e internacional, uma vez que estes possuem regulamentações, isto é, documentos que legislam acerca da educação no país.

Nesta perspectiva, Morosini (2009, p. 147) afirma que, “a pós-graduação, resultado de políticas públicas com visão estratégica de desenvolvimento científico nacional, é bastante recente”. Para tanto, a fim de preservar a dimensão da qualidade dos Programas, são realizadas pelo Ministério da Educação (MEC) a gestão e a avaliação, via Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Agência Executiva do MEC, órgão responsável pela elaboração de Planos Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Certamente, a Pós-graduação em Educação no Brasil é considerada fundamental para o desenvolvimento da ciência, como também para a inserção do sujeito no mercado profissional, para a construção do pensamento reflexivo e crítico, para a produção científica, entre outras finalidades. Nesse sentido, “a pós-graduação se constituiu em um espaço privilegiado para o incremento da produção científica e, no caso da educação, também para o desenvolvimento de uma tendência crítica, gerando estudos consistentes” (SAVIANI, 2005, p. 37).

Nessa concepção, os estudantes e egressos dos PPGE são sujeitos primordiais quanto à fonte de informação, não somente para avaliar o Programa, mas porque eles passaram por um processo de formação e continuam sendo parte dele. Indubitavelmente, a expectativa é que os egressos estejam atuando na sua área de formação, como também exercendo, de forma intrínseca, a articulação entre teoria e prática, ou seja, que estejam explicitando na prática os saberes construídos durante o processo formativo na pós-graduação, de modo reflexivo e crítico (CAPES, 2021).

Alinhados a essa visão, torna-se relevante destacar, brevemente, algumas pesquisas que se aproximam do objeto do presente estudo, a partir da revisão de literatura realizada e, entre eles se destacam as colaborações de Sanchez (2019); Sampaio (2016) e de Oliveira (2014).

Como participante desta discussão, Sanchez (2019), na pesquisa intitulada *Trajetórias acadêmica e profissional dos egressos do Programa de Pós-graduação em Educação da Unicamp*, investigou o percurso acadêmica e o destino profissional de mestres e de doutores, do programa, no período de 2004 a 2014. No estudo, a autora verificou, de forma sistêmica, a contribuição dos egressos no sistema de Educação Superior brasileiro e a representatividade do Programa para a formação e inserção no mercado profissional no país.

Outro estudo igualmente importante é o de Sampaio (2016), *Perfil dos egressos do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*. A autora investigou egressos concluintes do mestrado no período de 2005 a 2012, tendo como finalidade a verificação dos seus perfis, situando especialmente a atuação profissional após a conclusão do curso.

Nessa mesma ótica, outro estudo relevante que dialoga com este artigo é a tese de doutorado de Oliveira (2014), intitulada *Contribuições do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp para a Trajetória Profissional de Mestres e Doutores: percepções de egressos titulados*. Oliveira analisou as percepções de egressos, mestres e doutores concluintes no período entre 2010 e 2012 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, verificando a formação e a trajetória profissional, assim como os impactos decorrentes na vida e no contexto dos egressos.

Consoante com essas contribuições empíricas, o presente estudo é parte constitutiva de uma pesquisa mais ampla que investiga egressos de um Programa de Pós-graduação em Educação, concluintes no período de 2010 a 2020, de uma instituição pública federal, localizada no Estado de Minas Gerais, a fim de compreender as percepções avaliativas, a formação recebida e a inserção deles no mercado de trabalho.

Desse modo, nos últimos anos, os PPG são estimulados pela Capes a realizarem uma consulta, junto aos egressos, a fim de obter retornos avaliativos sobre a formação recebida no Programa. Além disso, torna-se essencial dar voz aos egressos, uma vez que suas narrativas e trajetórias são importantes para o desenvolvimento do PPGE.

No que diz respeito à metodologia, trata-se de um estudo exploratório, a partir da abordagem quanti-qualitativa, uma vez que foram utilizados dados de um *Survey* on-line e entrevista semiestruturada, com o intuito de identificar o perfil dos egressos, a trajetória acadêmica e profissional. De certo modo, este artigo possibilitará a compreensão acerca das percepções dos egressos, a influência da formação obtida na trajetória pessoal, assim como contribuirá para o processo de avaliação institucional do Programa.

Finalmente, esta pesquisa está dividido em seções, na primeira seção apresenta algumas características do Programa de Pós-Graduação no Brasil e destaca alguns apontamentos regulatórios. A segunda seção aborda o tema da avaliação dos Programas e destaca a relevância do acompanhamento de egressos a partir das orientações da Capes; já na terceira seção expõe-se o levantamento parcial de dados dos egressos de um PPGE, a saber: o perfil, as percepções avaliativas sobre a formação e a inserção profissional. Por

fim, este artigo é finalizado com as considerações finais e as referências utilizadas no estudo em questão.

2 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS

O Programa de Pós-Graduação em Educação foi criado por meio do Parecer Sucupira, denominado *Parecer do Conselho Federal de Educação* de nº 977/1965, aprovado em três de dezembro de 1965. Este, por sua vez, representa o marco legal que inaugurou, portanto, a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, pelo Conselho Federal de Educação, com homologação ministerial, na vigência da Lei nº 4.0243, de 1961, a qual fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (a primeira LDB).

Assim, tal documento tinha por finalidade inicial:

I) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; II) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; III) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores. (BRASIL, 1965, p.1).

Assim sendo, o Parecer visava definir as características e os objetivos dos cursos de pós-graduação tanto no campo da educação quanto em outras áreas, à luz da doutrina e das naturezas específicas na forma da exigência legal (BRASIL, 1965).

Nesse contexto, torna-se relevante ressaltar que a regulamentação dos Programas no Brasil se deu a partir do regime militar, apresentando uma forte orientação nacionalista. O intuito de regulamentar esse nível de formação reflete as potencialidades estratégicas dessa etapa de titulação considerada avançada e reconhecida no âmbito nacional e internacional (BALBACHEVSKY, 2005). Por meio desse ato regulatório, surge o primeiro curso de Pós-graduação em Educação no cenário brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro, em 1966, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), assim institui a regulamentação e a instalação de diversos PPG até os dias atuais (RAMALHO, 2006).

Inicialmente, o mestrado e o doutorado por meio dos PPGE tinham como finalidade a formação de docentes no campo da Educação, a fim de suprir o número de professores das universidades brasileiras, já que tal formação vincula-se à pesquisa e à orientação de novos pesquisadores. Nessa concepção, as autoras Kuenzer e Moraes (2005, p. 1342) compreendem que “a pós-graduação brasileira foi implantada com o objetivo de

formar um professorado competente para atender com qualidade à expansão do Ensino Superior e preparar o caminho para o decorrente desenvolvimento da pesquisa científica”.

Consoante a isso, é fundamental compreender que os PPGE acompanham o sistema de redemocratização do país, a partir de novos cenários e contextos. Desse modo, estudos do âmbito educacional estão inseridos, geralmente, nos aspectos sociais da contemporaneidade e “apresentam um papel importante para a geração de novos conhecimentos, novas tecnologias e para o desenvolvimento do espírito crítico e reflexivo na formação acadêmica do profissional” (PÉRET e LIMA,2003, *apud*, MENDES *et. al*, 2010).

Pode-se afirmar, então, que a Pós-graduação em Educação no Brasil é considerada um segmento da Educação Superior que possui um papel educativo relevante, diferenciado por conta da sua qualidade e importância para o desenvolvimento do país e dos sujeitos que dele fazem parte, assim como para as relações internacionais voltadas ao universo educacional, visto que se trata de um nível no qual o rigor teórico-metodológico daquilo que se produz é considerado alto. Posto que as pesquisas em Educação têm implicações diretas na formação do pesquisador e do professor, aquele capaz de propor olhares inovadores sobre os problemas educacionais brasileiros, que atuará nos cursos de graduação da Educação Superior, nas perspectivas futuras da universidade, assim como na legitimação do conhecimento.

3 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS A PARTIR DAS ORIENTAÇÕES DA CAPES

A Pós-graduação no Brasil está aberta aos candidatos que possuem diplomas de graduação, em qualquer área do ensino, reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), uma vez que as faculdades por meio dos cursos de graduação atendam às exigências de ensino, conforme as normas de legislação brasileira (BRASIL, 2020). À vista disso, a Pós-graduação se divide em *lato sensu* e *stricto sensu*, ambas são regulamentadas pelas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme Art. 44, III, Lei nº 9.394/1996, sendo que a primeira vincula-se aos cursos de especialização e incluem, também, os designados como *Master Business Administration* (MBA).

Já a segunda, *stricto sensu*, foco deste artigo, designa-se a Programas, termo utilizado no Brasil no lugar de curso para dar ênfase na pós-graduação quando denomina-se ao mestrado e ao doutorado, abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital de seleção

dos estudantes, ao final do curso o discente obtém o diploma e não certificado (BRASIL, 2020).

Desse maneira, compreendem *stricto sensu* como dois níveis independentes e terminais de formação que concedem ao discente diploma de mestre e de doutor. Sendo que o mestrado pode constituir a etapa inicial para o doutorado, a critério da instituição de ensino, a duração da pós-graduação *stricto sensu* foi determinada a partir do mínimo de um ano para mestrado e dois para o doutorado (MOROSINI, 2009, p. 130).

Assim sendo, com a finalidade de preservar o aspecto de qualidade dos Programas de pós-graduação, a gestão e a avaliação dos (PPG) são realizadas pelo MEC, via Capes, Agência Executiva do MEC, órgão responsável pela elaboração de Planos Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Dessa forma, a Capes foi criada com o objetivo de assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do Brasil (CAPES, 2020).

Nesse sentido, o acompanhamento de estudantes e a pesquisa com egressos passaram a ser ações propostas pela Capes no processo de avaliação dos cursos de graduação e nos Programas de Pós-graduação, a partir da Portaria de nº 137, criada em 13 de novembro de 2015, que determina por meio do Grupo de Trabalho (GT) implantar a Avaliação de Impactos dos Programas, tendo como objetivos conforme o Art. 3º:

I - Definir dimensões de avaliação considerando implementação, execução e impacto. **II** - Identificar e analisar métodos e indicadores de avaliação de impactos, aplicáveis aos programas da CAPES. **III** - Avaliar o impacto específico de cada programa, considerando suas metas e resultados esperados. **IV** - Definir indicadores e métricas para a avaliação de impacto. **V** - Propor uma sistemática de avaliação de impactos considerando as especificidades do Brasil e dos programas acompanhados e conduzidos pela CAPES. **VI** - Ser fórum de interlocução entre comunidade acadêmica e a CAPES visando a integração da avaliação e acompanhamento da pós-graduação com demais programas do sistema. (BRASIL, 2015, p. 16).

Consoante a concepção do acompanhamento e da avaliação dos egressos, os autores Teixeira *et al.* (2014) ressaltam que manter o egresso próximo da instituição é considerado um diferencial, e ainda, as ações institucionais que objetivam aproximar o egresso da universidade são avaliadas positivamente no sistema da Capes. Por conseguinte, a consulta realizada junto aos egressos poderá incidir sobre a avaliação do Programa e, se positiva, esta promoverá impactos no conceito do PPGE, como também fornecerá subsídios que possibilitem potencializar a formação dos discentes.

Efetivamente, pesquisas que envolvam egressos de Programas de Pós-graduação permitirão realizar mapeamento sobre o perfil e a inserção profissional desses sujeitos, por exemplo: atuação em órgãos internacionais; a identificação da empregabilidade em instituições públicas federais, estaduais, municipais; em universidades públicas e privadas; em empresas, entidades e organizações sociais; e a integração nos sistemas educacionais, de ciência, tecnologia e inovação, entre outros (CAPES, 2016). Dessa maneira, os egressos são sujeitos fundamentais tanto no contexto dos PPGE quanto na avaliação da Capes, sendo esse acompanhamento indispensável, antes mesmo da conclusão do curso, a fim de promover a aproximação entre Programa e futuros egressos, e de forma mais efetiva após o término do curso (CORRÊA; MARTINS, 2018).

Isto posto, o próximo capítulo apresentará um levantamento parcial de dados obtidos junto aos egressos participantes de uma pesquisa, o qual evidencia a importância das percepções e contribuições deles para o desenvolvimento institucional. Como também, a diversidade de perfis e de distribuição geográfica, o percurso acadêmico e, também, a significância da participação avaliativa na qualidade do Programa em suas diversas esferas que envolvem o processo de avaliação institucional.

4 PERFIL DOS EGRESSOS DE UM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: O QUE OS DADOS INDICAM?

Estudos que englobam a avaliação institucional ressaltam a emergência do ato de avaliar os egressos de Programas de Pós-graduação e, conseqüentemente, destacam a relevância da participação e da percepção deles de forma colaborativa, tendo em vista o aprimoramento das práticas pedagógicas e formativas dos PPG. Além disso, evidenciam a importância de dar voz aos sujeitos que um dia fizeram parte do processo de desenvolvimento do Programa.

Na perspectiva da avaliação institucional, Severino (2009) compreende que os Programas de Pós-graduação são considerados um lugar de produção de conhecimento e, além disso, os PPG têm compromissos sociais e políticos para a compreensão e a busca de soluções de problemas em todas as áreas do conhecimento, considerando as demandas, principalmente, as nacionais. Assim, é de interesse dos órgãos responsáveis pela avaliação dos Programas, a inclusão dos egressos no processo de consulta e de avaliação institucional, pois estes são protagonistas inseridos no contexto sócio-político e econômico do país.

Sendo assim, com intuito de conhecer o perfil, o percurso acadêmico dos egressos, bem como as percepções avaliativas deles sobre a qualidade do Programa em questão, realizou-se a aplicação de um *Survey* on-line, o qual contou com a participação de 331 egressos de um Programa de Pós-Graduação em Educação, oriundos dos cursos de mestrado e doutorado. A maioria deles, 286 (86%), reside em Minas Gerais, estado de origem do Programa, a segunda maior concentração está no estado da Bahia com 12 (3%) egressos. Os dados ainda revelam que mais da metade deles residem na região metropolitana da capital, sendo que somente na cidade de Belo Horizonte há 171 (51,66%) egressos e a cidade de Contagem tem 14 (4,23%).

Quanto ao perfil dos egressos do PPGE, verifica-se que o sexo feminino predominou, com 69,79%, seguido pelo masculino, com 29,91% e apenas um egresso declarou outro como opção de sexo. Essa semelhança em relação a predominância do gênero feminino está presente também na pesquisa de Sampaio (2016) que apresenta 63% dos egressos constituem-se por mulheres e 37% por homens no universo dos respondentes, ressaltando, ainda, que outras pesquisas revelam que as mulheres prevalecem nos cursos do âmbito educacional.

Quanto à média de idade, observou-se uma concentração na faixa etária de 31 a 40 anos 47,13%, seguida da faixa etária de 41 a 50 anos, 25,38%, e da faixa etária acima de 51 anos, com 19,34%. No estudo de Sampaio (2016) também predominou a faixa etária entre 30 a 40 anos, sendo 25,5%.

Foi possível identificar, ainda, que a maior parte dos egressos 57,40% são declarantes brancos, seguido por pardos 27,79% e negros com 12,39%, amarelos e indígenas correspondem a 0,60% de todos os egressos respondentes. No que diz respeito ao estado civil, a maior parte deles são casados (49,55%) ou possuem união estável (12,69%), 27,49% dos egressos disseram ser solteiros.

Considerou-se, também, relevante verificar a renda mensal dos egressos. Os dados atestam que 35,05%, recebem entre 6 a 10 salários mínimos; 25,08% recebem entre 3 a 5 salários mínimos, já 20,54% recebem acima de 10 salários mínimos. Contudo, torna-se importante ressaltar que conforme estudos do Anuário Brasileiro da Educação (2019), ao se comparar a renda e o salário de profissionais de outras áreas como saúde e exatas, verifica-se que na área da educação, a defasagem é de 50% a menos que outros profissionais de outras áreas. Pode-se afirmar que essa diferença evidencia a desvalorização e a falta de incentivo do governo nas carreiras educacionais.

Em relação ao percurso educacional, os dados da amostragem revelaram que muitos dos egressos são oriundos da educação pública. Desse modo, 63,33% deles estudaram durante todo o ensino fundamental em escola pública; 20,91% estudaram em escola privada. No ensino médio, 58,31% estudaram apenas em escola pública e 31,12% somente em escolas privadas. Já durante a graduação, a maioria dos egressos, 67,37% estudou em uma instituição federal; 10,20% em uma estadual e 21,15% em faculdade privada. Conforme pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), na composição educacional brasileira, mais de 80% dos alunos tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio estudam na rede pública em todo o país, desse modo evidenciando a predominância de egressos que estudaram em instituição pública.

Sobre a formação inicial, constatou-se uma diversidade de cursos de graduação entre os egressos. A Tabela 1 revela que predominou a formação inicial em cursos de licenciatura. Em primeiro lugar está o curso de Pedagogia com 34,88% egressos, seguido de História, com 11,63%; Matemática com 6,69%. Dando prosseguimento, verificou-se o curso de Educação Física com 5,81%; Ciências Biológicas com 4,36%; Química com 4,07%; Letras com 3,78%; Geografia com 3,49%, Física 1,45%.

Tabela 1 - Formação Inicial dos egressos

Curso	n.	%
Pedagogia	120	34,88%
História	40	11,63%
Psicologia	27	7,85%
Matemática	23	6,69%
Educação Física	20	5,81%
Ciências Sociais	18	5,23%
Ciências Biológicas	15	4,36%
Química	14	4,07%
Letras	13	3,78%
Geografia	12	3,49%
Filosofia	9	2,62%
Física	5	1,45%
Comunicação Social	3	0,87%
Música	3	0,87%
Teatro	3	0,87%
Administração	2	0,58%
Engenharia	2	0,58%
Serviço Social	2	0,58%
Agronomia	1	0,29%
Arquitetura	1	0,29%

Artes Cênicas	1	0,29%
Artes Plásticas	1	0,29%
Ciências Econômicas	1	0,29%
Desenho Industrial	1	0,29%
Direito	1	0,29%
Enfermagem	1	0,29%
Fisioterapia	1	0,29%
Medicina	1	0,29%
Odontologia	1	0,29%
Redes de Computadores	1	0,29%
Turismo	1	0,29%
Total	344	100%

Pode-se afirmar que esse resultado é semelhante em outros estudos sobre egressos de PPGE. Sanchez (2019), por exemplo, realizou pesquisas acerca do assunto na Unicamp, destacando que o curso de Pedagogia também predominou, representando mais de um terço do total dos cursos de graduação. Assim, pode-se considerar com base nos dados que 70% dos mestres têm formação voltada para áreas distintas da educação.

Perguntados sobre a modalidade de ensino que os egressos realizaram o curso de graduação, o *Survey* indica quase a totalidade na modalidade presencial com 99,40%. Já a modalidade semipresencial foi de 0,60%, correspondendo a 2 egressos e na modalidade EaD não houve registro.

Ademais, acerca da avaliação do PPGE, considerou-se importante nesta pesquisa obter informações sobre a qualidade do programa. A Tabela 2 apresenta dados avaliativos sobre o Programa, a partir de 12 indicadores que avaliam o curso e a formação recebida, seguidos da média geral.

Tabela 2 – Avaliação da qualidade do Programa de Pós-Graduação

Indicadores	Ruim	Razoável	Boa	Muito boa	Ótima
Qualidade das disciplinas cursadas no PPGE	0,00%	1,52%	13,03%	36,36%	49,09%
Relação orientador (a) orientando (a)	1,82%	6,06%	9,39%	13,94%	68,79%
O curso favoreceu a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas	0,91%	6,36%	18,79%	27,88%	46,06%
O curso propiciou conhecimentos atualizados e contemporâneos no campo da educação	0,30%	0,61%	5,76%	26,97%	66,36%
O curso realizou avaliações periódicas da qualidade das disciplinas e da atuação dos professores	11,89%	15,24%	19,51%	26,22%	27,13%
O curso propiciou experiências de aprendizagem inovadoras	3,03%	9,39%	17,58%	29,39%	40,61%
O curso contribuiu para o desenvolvimento da sua consciência ética para o exercício profissional	0,61%	3,64%	10,00%	21,52%	64,24%
O curso promoveu o desenvolvimento da capacidade de pensar criticamente, analisar e refletir sobre questões no campo educacional	0,30%	0,91%	5,76%	18,48%	74,55%
O curso contribuiu para ampliação da capacidade de comunicação na linguagem oral e escrita	0,91%	3,03%	8,18%	23,94%	63,94%
Avaliação geral dos docentes do PPGE	0,00%	0,61%	6,06%	40,00%	53,33%
Avaliação geral da coordenação do PPGE e da secretária acadêmica	0,61%	1,52%	10,30%	32,12%	55,45%
Avaliação geral do PPGE	0,30%	0,61%	4,55%	29,70%	64,85%
Média Geral	1,72%	4,13%	10,74%	27,21%	56,20%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Nota-se que a partir dos indicadores apresentados, a melhor pontuação foi para “o curso promoveu o desenvolvimento da capacidade de pensar criticamente, analisar e refletir sobre questões no campo educacional”, 74,55% dos egressos avaliaram esse indicador como ótimo. Já o critério “Relação orientador (a) orientando (a)” foi o segundo melhor avaliado com 68,79% como ótimo, seguido pelo indicador “O curso propiciou conhecimentos atualizados e contemporâneos no campo da educação” com 66,36% dos egressos avaliado como ótimo.

Quanto aos critérios que não foram bem avaliados: o primeiro “O curso realizou avaliações periódicas da qualidade das disciplinas e da atuação dos professores” foi avaliado com 11,89% como ruim e o segundo “O curso propiciou experiências de aprendizagem inovadoras”, tendo 3,03% como ruim. Porém, de modo geral o PPGE foi bem avaliado, com uma média geral de todos os critérios de 56,20% conceituando o Programa como ótimo.

Como indicado neste artigo, a Capes tem financiado e estimulado a formação pós-graduada e a inclusão dos egressos em seu processo de avaliação. Tal política demanda que os Programas de Pós-graduação realizem consultas para acompanhar a inserção

profissional dos seus egressos, a percepção deles quanto à formação e ao Programa, a fim de avaliar “tanto em relação à qualidade da formação, quanto ao preparo dos titulados para o mundo do trabalho” (OLIVEIRA, 2014, p. 4).

Torna-se relevante destacar, também, que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) tem por finalidade assegurar o processo nacional de avaliação das Instituições de Ensino Superior, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O Sinaes prevê dez dimensões avaliativas e destaca que a 9ª dimensão está direcionada para as políticas de atendimento ao estudante e ao egresso. O manual prevê a participação do egresso na vida da instituição formadora, que poderá se dar por meio de escuta, diálogos, participação em eventos acadêmicos, em projetos de avaliação institucional de modo a obter contribuições advindas das suas percepções. Trata-se de um indicador de qualidade educacional a ser desenvolvido pela instituição, o que evidencia que a participação de egressos do PPG é considerada relevante e fundamental para aprimoramento da qualidade (LIMA; ANDRIOLA, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da explanação do presente estudo, foram apresentados resultados de uma pesquisa que investigou egressos de um Programa de Pós-graduação em Educação de uma instituição pública federal, localizada no estado de Minas Gerais. Assim, pode-se afirmar que a avaliação e o acompanhamento de egressos é importante para garantir a relevância da formação recebida, bem como da Educação Superior no contexto brasileiro e no projeto de avaliação institucional, a fim de trazer benefícios na busca de maior qualidade no processo formativo ofertado pelas instituições.

A participação dos egressos por meio de suas percepções, contribuições e sugestões críticas e reflexivas sobre o PPGE representam dados valiosos que podem ser utilizados pelo Programa para o seu aperfeiçoamento e excelência, uma vez que o Programa tem como compromisso o direito à educação de qualidade, a participação democrática e a produção de conhecimentos sobre o fenômeno educativo que permitem a redução das desigualdades.

Ademais, percebe-se, a partir da revisão de literatura, que a influência da Capes é um dos motivos pelos quais os Programas vêm se mobilizando, cada vez mais, a realizar o acompanhamento dos egressos, isto é, dando vozes a eles como protagonistas desse

processo, a fim de buscar reconhecer e validar suas percepções para o desenvolvimento integral e contínuo dos Programas de Pós-graduação.

Outro ponto importante é a expansão dos Programas *Stricto Sensu* em Educação brasileiros e a qualidade deles no âmbito nacional e internacional, revelando a seriedade e o compromisso que as políticas públicas, para a pós-graduação, tomaram em termos de definições e de ações, permitindo, assim, a ampliação de pesquisas que envolvam diversos olhares sobre a complexidade educacional e social brasileira.

Portanto, espera-se que este artigo contribua para as pesquisas no campo da pós-graduação, especialmente no âmbito da avaliação, assim como viabilizem ações necessárias ao desenvolvimento do PPGE e fortaleça a continuidade de estudos e levantamentos acerca deste tema, com o propósito de potencializar melhorias na formação, promovendo maior qualidade nos cursos e conseqüentemente, na inserção dos egressos no mercado profissional e na atuação crítica frente aos temas atuais que envolvam a área da educação.

REFERÊNCIAS

BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BRASIL. Lei 5.540/1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso: 06 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **História e missão**. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 06 maio 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**. Governo do Brasil, 20 out. 2015. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinaes>>. Acesso em: 05 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Parecer nº 977/65**. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf>. Acesso em: 06 maio 2020.

BRASIL. Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior portaria nº 137, de 13 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/17112015-portaria-n-137-de-13-de-novembro-de-2015-pdf>>. Acesso em: 04/01/2022.

CORRÊA, Cláudia Prim; MARTINS, Cibele Barsalini. **Análise da gestão de egressos em um programa de pós-graduação à luz dos indicadores da CAPES**. XXI SemeAd – Seminários em administração. UFSC, 2018. Disponível em: <https://login.semead.com.br/21semead/anais/resumo.php?cod_trabalho=1438>. Acesso em: 11 jun. 2020.

KUENZER, A. Z.; MORAES, M. C. M. Temas e tramas na pós-graduação em educação. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 93, p. 1341-62, set./dez. 2005.

LIMA, Leonardo Araújo; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. **Acompanhamento de egressos: subsídios para a avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES)**. Avaliação. Campinas, vol. 23. n.1, 2018.

MENDES, R. F.; VENSCELAU, ÉRIKA O. DE O.; AIRES, A. S.; JÚNIOR, R. R. P. Percepção sobre o curso e perfil dos egressos do Programa de Mestrado em Ciências e

Saúde da UFPI. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 7, n. 12, 11, jun. 2010. Disponível em: <<https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/182>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

MOROSINI, Marília Costa. A pós-graduação no Brasil: formação e desafios. **Revista Argentina de Educación Superior**. Nº 1, págs. 125-152, 2009. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6485544>> Acesso em: 06 jul. 2020.

OLIVEIRA, Luciana Rodrigues. **Contribuições do programa de pós-graduação em educação da Unicamp para a trajetória de mestres e doutores: percepções de egressos titulados**. 226f. Tese. (Doutorado em Educação). Unicamp, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/254112>>. Acesso em: 10 maio 2020.

RAMALHO, Betania Leite. 40 anos da pós-graduação em educação no Brasil: produção do conhecimento, poderes e práticas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, nº 31, jan./abr. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/dRPmNKMZmTBPnPhyrnLT94b/?lang=pt>>. Acesso em: 11 out. 2021.

SANCHEZ, Ilara. **Trajetórias acadêmica e profissional dos egressos do Programa de Pós-graduação em Educação da Unicamp**. 129 p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/334990>>. Acesso em: 10 maio 2020.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; AZEVEDO, Janete M. Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 42 set./dez. 2009.

SAMPAIO, Marize Setubal. **O perfil dos egressos do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. 2016. 64 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1846>>. Acesso em: 03 maio 2020.

SAVIANI, Dermeval, (2005). A política educacional no Brasil. In: CÂMARA BASTOS, Maria Helena, STEPHANOU, Maria (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. v. III, séc. XX. Petrópolis: Vozes, p. 30-39.

SCHWARTZMAN. **A Educação no Brasil em uma perspectiva de transformação**. Universidade de São Paulo, jun. 1993. Disponível em: <<https://www.schwartzman.org.br/simon/transform.htm>> Acesso: 02 maio 2020.

SEVERINO, A.J. A pós-graduação em educação no Brasil: caminhos percorridos e horizontes a explorar. **Educação & Linguagem**, n.12, set. 2009.

TEIXEIRA, Gislaíne Cristina dos Santos; MACCARI, Emerson Antônio; RUAS, Roberto Lima. Proposição de um plano de ações estratégicas para associações de alunos

egressos baseado em benchmarking internacional e no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 16, n. 40, p. 208-220, dez/2014. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/34141/proposicao-de-um-plano-de-acoes-estrategicas-para-associacoes-de-alunos-egressos-baseado-em-benchmarking-internacional-e-no-brasil>>. Acesso em: 13 maio 2020.